FSSPX

Casa geral
Documento de estudo

A herança do papa Francisco: tentativa de um balanço teológico

Ao cabo de doze anos de um pontificado marcado por gestos audaciosos e reformas profundas, o Papa Francisco deixa um legado teológico contrastante.

Há séculos não se via um Papa que despertasse como ele uma oposição tão explícita por parte do episcopado – alguns cardeais chegaram a endereçar-lhe publicamente uma lista de "*Dubia*". Paralelamente a isso, gozou do apoio constante das correntes mais progressistas da Igreja. Foi um pontificado que não deixou ninguém indiferente.

Convém, pois, destacar as linhas mestras desse pontificado, a fim de esclarecer qual seja a sua trama e a sua lógica interna. Ao longo desta análise, tratemos de compreender não apenas as escolhas teológicas que guiaram Francisco em suas reformas, mas também a visão global que se desenha por trás dessas iniciativas, e que vem marcar de modo duradouro a história da Igreja.

1. Antes de Francisco: a teologia sócio-política de Jorge Bergoglio

Primeiro Papa jesuíta e primeiro Papa oriundo do continente americano, o cardeal Jorge Mario Bergoglio, eleito com o nome de Francisco, apresentava a si mesmo, na noite em que fora eleito, como alguém vindo "do fim do mundo". Esta expressão por si só já marcava uma ruptura: pela primeira vez em muitos séculos, a Igreja não era dirigida por um pontífice nascido na velha Europa, esse berço histórico que fornecera todos os Papas até então.

1.1. Origens e formação

Nascido de pais de origem italiana – seu pai, com efeito, nascera na península itálica– Jorge Bergoglio é profundamente marcado pela história familiar. Filho de emigrantes, levará por toda a vida uma sensibilidade especial para a questão migratória: verá nela uma riqueza para o país de acolhida e sublinhará o dever de hospitalidade incondicional. Essa experiência pessoal irá alimentar também certo distanciamento crítico para com a Europa, que ao seu ver parecerá fatigada, envelhecida, e por vezes voltada sobre si mesma.

Tendo entrado para a ordem de Santo Inácio aos 22 anos, e ordenado sacerdote em dezembro de 1969, na idade de 33 anos, terá uma rápida ascensão: será mestre de noviços e em seguida provincial. São anos que coincidem com um período de grande tensão na Argentina. Nesse contexto político explosivo, a Igreja da América Latina é profundamente abalada pelo movimento da teologia da libertação, naquela altura em pleno crescimento[1].

Jorge Bergoglio não adere ao movimento de modo cabal. Essa corrente, fundada em categorias marxistas e apregoando a ruptura revolucionária, será de resto formalmente condenada por Roma. Contudo, o futuro Papa Francisco se aproxima de um ramo derivado e mais moderado, conhecido pelo nome de "teologia do povo", que marcará de modo duradouro o seu pensamento e a sua pastoral.

1.2. A "teologia do povo"': escutar a voz da sabedoria

Em *Fratelli tutti*, Francisco lança uma advertência contra a tentação de instrumentalizar a noção de povo: "a pretensão de estabelecer o populismo como clave de leitura da realidade social[2] (...) desconhece a legitimidade da noção de povo", favorece a demagogia e ameaça a democracia, que deveria ser "o governo do povo"[3].

Para ele, o povo não é uma simples massa anônima, nem um dado imediato. Assim o explica: "Fazer parte de um povo é fazer parte de uma identidade comum feita de laços sociais e culturais. E isso não é algo que ocorre automaticamente, mas, pelo contrário, é um processo lento, difícil... em direção a um projeto comum"[4].

Distingue, dessa forma, as verdadeiras lideranças populares, capazes de ler o coração do povo e de expressar as suas aspirações, dos chefes demagogos, que exploram as culturas coletivas em prol de seu poder pessoal[5]. Esta distinção deixa já entrever umas das claves de leitura do seu pontificado: a Igreja deve acompanhar os povos, em vez de os manipular.

É nesse contexto conceitual que se inscreve a "teologia do povo". Ela enfatiza que se escutem as populações, e em particular os mais pobres, os quais considera como lugares teológicos, ou seja, espaços onde Deus fala e atua[6]. O teólogo deve escutar a sabedoria popular, que é para Jorge Bergoglio um reflexo da Sabedoria divina, mesmo quando essas populações não tenham sido ainda evangelizadas. Compara as culturas a esboços do Evangelho, cheios de intuições religiosas e morais, e que trazem, em particular nas poesias e relatos míticos, um sopro anunciador do Espírito[7].

Segundo ele, de certa maneira, a sabedoria das culturas primitivas deve desempenhar na evangelização um papel semelhante ao que desempenhara a filosofia grega para a extensão do Evangelho na Europa. Existe, contudo, uma diferença considerável: a filosofia grega oferecia

---

[1] Surgidas nos anos 1970, as teologias da libertação derivavam da Conferência de Medellín do Conselho Episcopal Latino-Americano. Incentivaram e desenvolveram, de modo particular, o exercício de releituras bíblicas (sobretudo dos Evangelhos) à luz da sociologia marxista, com o fim de promover transformações radicais da sociedade.

[2] "Existe uma pretensão de classificar todas as pessoas, os grupos, as sociedades e os governos com base numa divisão binária: 'populista' ou 'não populista'" (*Fratelli tutti*, n.º 156).

[3] *Fratelli tutti*, n° 157.

[4] *Ibid.,* n° 158.

[5] Cf. *Fratelli tutti*, n° 159.

[6] Lugar teológico é uma fonte reconhecida pela Igreja, onde o teólogo pode haurir elementos da Revelação para exercer a sua ciência teológica: as Sagradas Escrituras, a Tradição, a liturgia são lugares teológicos.

[7] Em *Laudato si'* (n.º 145), Francisco afirmará que o desaparecimento de uma cultura autóctone é mais grave que o desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal, porque apaga uma expressão única da Sabedoria divina encarnada na história humana.

sobretudo ferramentas racionais para formular e defender a fé; já as culturas primitivas ofereceriam elementos de cunho especificamente religioso, de acordo com uma visão de mundo profundamente naturalista e imanentista.

Disso decorre todo um programa pastoral:

- acolher a religiosidade popular, não como superstição a ser corrigida, mas como expressão autêntica de fé, para ser acompanhada e pensada teologicamente;
- arraigar, por meio da inculturação, o Evangelho nas tradições locais, respeitando a sua riqueza e originalidade;
- conceder um espaço às periferias, não somente geográficas, mas também existenciais, para discernir a ação do Espírito.

Desse modo, quando se deu a crise econômica argentina de 2001, o arcebispo de Buenos Aires foi ao encontro dos "novos pobres" e dos excluídos, a fim de viver uma experiência de discernimento, com eles e através deles. Essa prática da consulta irá mais tarde inspirar a sua visão de um caminho sinodal em escala universal.

1.3. O "mito do povo": ator coletivo da história

Esses anos irão formar em Jorge Bergoglio uma convicção profunda, a saber, a de que o povo não é um mero sujeito sociológico ou político, mas um ator da história, portador de uma vocação espiritual, e totalmente inocente. Assim é que fala num "santo povo fiel de Deus", detentor do direito inerente a três realidades fundamentais: terra, teto, trabalho.

Essa visão se nutriu do pensamento de um filósofo alemão, Rodolfo Kusch, a quem ele costuma referir-se:

> "Rodolfo Kusch (...) me fez entender uma coisa: a palavra 'povo' não é uma palavra lógica. É uma palavra mítica. (...) Para compreender um povo, é preciso entrar no espírito, no coração, no trabalho, na história e no mito da sua tradição. (...) Povo não é uma categoria lógica, é uma categoria mítica"[8].

Noutros termos, o povo não se reduz a um somatório de indivíduos. É uma realidade viva, dotada de uma alma coletiva e que carrega inocência. Essa abordagem é o que explica a proximidade de Francisco com os "movimentos populares", nos quais deposita a esperança de um futuro mais justo. Imagina até mesmo um processo político que vá mais além dos marcos habituais da democracia representativa, dando voz e poder aos excluídos, portadores da esperança de uma mudança real.

Diante desse povo das margens, Francisco denuncia os sistemas econômicos que vivem da guerra e da destruição: "uma economia que mata"[9], segundo a sua forte expressão. É dessa maneira que vai interpretar a globalização atual como uma "terceira guerra mundial parcelada[10] ", gerada por lógicas econômicas desumanizantes.

Essa visão do povo, dos seus direitos e da sua missão histórica, constitui a matriz do pensamento de Francisco. Explica a sua adesão à inculturação, o seu interesse pelas periferias e a sua crítica

---

[8] *Política e Sociedade*, livro publicado em 2017, como resultado de conversas que manteve com o sociólogo Dominique Wolton. Deparamo-nos aqui com uma categoria clássica do modernismo, porém com um alcance maior: trata-se da transposição lógica dos dados da experiência individual para a experiência e a cultura de todo um povo. A *religiosidade* torna-se assim fundamento da *religião*, quando na verdade o contrário é que seria de esperar.

[9] *Evangelii Gaudium,* n° 53.

[10] Homilia em Redipuglia, 13 de setembro de 2014.

das estruturas econômicas denunciadas como injustas. Mas, a fim de transformar essa intuição em projeto pastoral universal, terá necessidade de um princípio teológico central: e este será a misericórdia, motor da reforma da Igreja e chave da sua ideia de unidade.

2. A misericórdia: motor de uma reforma pastoral e doutrinal da Igreja

Achamos no coração do pontificado de Francisco uma palavra-chave, uma clave de leitura: a noção de misericórdia. É a um só tempo o centro de sua teologia, o motor de suas reformas e o fio condutor que confere unidade às suas iniciativas principais.

A centralidade dessa noção é afirmada desde a sua exortação *Evangelii gaudium,* de 2013, que ele mesmo chama de "programática"[11]. Ali expõe seu projeto de uma "transformação missionária da Igreja"[12], i.e., uma conversão profunda, não somente das suas estruturas, mas também de sua maneira de se colocar no mundo e de pensar sua missão. O "coração do Evangelho"[13], explica ele, outra coisa não é senão a misericórdia, que Santo Tomás de Aquino definia como "a maior de todas as virtudes no que diz respeito à ação exterior"[14].

Essa intuição será plenamente desenvolvida no *Jubileu Extraordinário da Misericórdia*[15]. Na bula *Misericordiæ vultus*, Francisco apresenta as suas linhas principais, relacionando-as explicitamente ao Concílio Vaticano II, cujo cinquentenário celebra escolhendo a data de 8 de dezembro para inaugurar o jubileu.

2.1. Indo às fontes conciliares: uma misericórdia truncada

Na bula de proclamação, Francisco cita dois discursos dos mais importantes do Concílio Vaticano II, o de João XXIII, na abertura, que convidava a Igreja a preferir "o remédio da misericórdia" às "armas da severidade"[16], e o de Paulo VI, no encerramento, que via na parábola do bom samaritano "o modelo da espiritualidade do Concílio".

Ao relacionar dessa maneira a misericórdia ao Vaticano II, Francisco lhe confere uma fisionomia particular, profundamente associada à pastoral conciliar de abertura ao mundo:

- Cristo é apresentado antes de tudo como sinal do amor e da compaixão do Pai, atencioso para com os pobres, os enfermos, os excluídos... Porém, com isso, se esquece de mostrá-lo como Verdade e Luz do mundo, aquele que cura sobretudo vertendo o bálsamo da verdade revelada nas chagas da ignorância e da recusa de Deus. Ora, a primeira misericórdia trazida pelo Verbo encarnado é precisamente a da luz que salva.
- Para além disso, em *Miseriordiæ vultus,* lemos que Deus "se dá por inteiro, de uma vez por todas, gratuitamente, e sem nada pedir em troca"[17]. Falta aí um elemento essencial: a resposta que Deus espera do homem. Já Santo Agostinho o recordava: "Deus, que te criou sem ti, sem ti não te salvará"[18].

---

[11] *Evangelii Gaudium,* n° 25.
[12] *Ibid.* cap. 1.
[13] *Ibid.* cap. 3.
[14] *Ibid.* n° 37.
[15] De 8 de dezembro a 20 de novembro de 2016.
[16] Discurso de Abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, *Gaudet Mater Ecclesia*, 11 de outubro de 1962.
[17] *Misericordiæ vultus*, n° 14.
[18] Sermão 169, 11/13.

- Finalmente, as misérias que Francisco põe em primeiro plano são sobretudo materiais: pobreza, corrupção, criminalidade[19]. As feridas de ordem sobrenatural, o pecado enquanto recusa de Deus, aparecem muito menos claramente. A misericórdia desta forma se concentra na cura de misérias terrenas, deixando de lado a cura espiritual das almas.

Todas essas omissões implicam necessariamente uma redefinição profunda da missão da Igreja: com o expediente dessa misericórdia mutilada, assistimos de fato a uma "transformação missionária da Igreja".

2.2. Missão redefinida: da salvação das almas à promoção do homem

Em *Evangelii gaudium*, Francisco expõe "a significação autêntica e integral da missão evangelizadora[20]: "todos os cristãos (...) estão chamados a preocuparem-se com a construção de um mundo melhor"[21]. Esta fórmula expressa uma verdadeira virada teológica. A missão da Igreja já não se cumpre com a salvação eterna das almas, mas sim pela transformação das estruturas sociais e políticas. Romano Amerio falava já em um "cristianismo secundário", uma pastoral alheia à ordem sobrenatural, orientada de todo para as necessidades de ordem antropológica e social.

Francisco explica que a Igreja deve promover a integralidade da pessoa humana em suas dimensões econômicas, sociais e culturais. Os próprios pastores estão chamados a atuarem em todos os campos que digam respeito à vida social[22]. E essa atenção deve ser dirigida prioritariamente aos mais pobres[23]. A Igreja torna-se assim uma instância digna de crédito aos olhos do mundo, comprometida com a paz, com o meio ambiente, com a defesa dos direitos humanos e civis[24].

E não apenas as necessidades individuais são visadas, mas também as das sociedades: "a paz se funda não somente no respeito dos direitos do homem, mas também no dos direitos dos povos"[25]. Donde a exigência de se reconsiderar "em especial tudo o que diga respeito à ordem social e à realização do bem comum"[26]. Porque "a disparidade social é a raiz dos males da sociedade"[27].

Por mais que seja sem dúvida legítima certa atuação da Igreja na ordem temporal, estamos aqui limitados a uma influência meramente natural, sem qualquer perspectiva transcendente. No fundo, sem renegar explicitamente sua missão santificadora, a Igreja conciliar toma para si a finalidade própria do Estado. Esse deslocamento progressivo altera profundamente a ordem de suas prioridades e a sua maneira de situar-se no mundo. Numa inesperada reviravolta histórica, eis que se reata a união da Igreja e do Estado. Esta união, porém, já nada tem em comum com a que marcara a cristandade em séculos passados, fundada na harmonia das duas espadas: desta feita é a própria laicidade que constitui o seu princípio e fundamento.

Francisco alarga ainda mais essa visão, ao colocá-la sob o estandarte do ecumenismo: "O valor da misericórdia ultrapassa as fronteiras da Igreja. Ela é o que nos liga ao judaísmo e ao islã, que veem nela um dos atributos mais significativos de Deus"[28]. Dessa maneira, a misericórdia se

---

[19] Cf. *Misericordiæ vultus*, n° 19.
[20] *Evangelii Gaudium*, n° 176.
[21] *Ibid.,* n° 183.
[22] *Ibid.,* n° 187.
[23] *Ibid.,* n° 190.
[24] *Ibid.,* n° 65.
[25] Conselho Pontifício « Justiça e Paz », *Compêndio para a Doutrina Social da Igreja,* n.º 157, *in Evangelii gaudium*, n.º 190.
[26] João Paulo II, Exortação pós-sinodal *Ecclesia in America*, 22 de janeiro de 1999, n.º 27, *in Evangelii gaudium*, n.º 182.
[27] *Evangelii Gaudium*, n° 202.
[28] *Misericordiæ vultus*, n° 23.

converte em princípio de unidade universal, ultrapassando a própria fé cristã. A "transformação missionária" está completa. Doravante, a Igreja "misericordiosa" já não se apieda das almas que jazem "na sombra da morte", e renuncia a pregar a Verdade encarnada, Jesus Cristo. A misericórdia de Francisco outra coisa se propõe: "Que este Ano Jubilar, vivido na misericórdia, favoreça o encontro com as religiões e as demais nobres tradições religiosas. Que nos faça mais abertos ao diálogo, para que nos possamos conhecer e compreender melhor"[29].

2.3. Uma nova mística para acompanhar a reforma

O cardeal Óscar Rodríguez Maradiaga[30], conselheiro próximo do Papa, nos dá um bom resumo dessa dinâmica. Em conferência intitulada *A Igreja da Misericórdia com o Papa Francisco*, explica-nos ele que o Vaticano II decerto havia introduzido reformas institucionais, mas que estas eram insuficientes sem uma transformação espiritual:

> "Toda mudança na Igreja requer uma renovação das motivações. A renovação institucional exige uma renovação da dimensão mística. (Ora, a fonte dessa mística,) o vento que impele as velas da Igreja para o alto mar de sua renovação profunda e total, é a misericórdia".

Essa nova mística manifesta-se em ações concretas. O sínodo sobre a família, por exemplo, abriu o caminho para uma abordagem pastoral mais flexível quanto aos divorciados que se tornaram a casar. Nas palavras de Maradiaga: "A realidade das famílias dissolvidas e reconstruídas não é empecilho a que participem plenamente da vida da Igreja. A comunhão sacramental não é o único caminho (...); todo cristão que se tornou a casar pode ser cristão em tempo integral, e também a sua casa pode tornar-se um lugar onde se dê testemunho do amor de Deus".

O cardeal Walter Kasper, desde 2014 já ventilava a questão: "De que maneira a Igreja pode ser o sinal do laço indissolúvel entre fidelidade e misericórdia, na sua ação pastoral dirigida aos divorciados que se casam uma segunda vez?"[31] Reflexões dessa espécie revelam uma mudança profunda: a doutrina já não é considerada um marco estável, mas um recurso para interpretar as situações, em nome da misericórdia. O próprio Francisco o expressa de maneira impactante: a doutrina não deve ser "pedras para atirar".

2.4. Uma ilustração concreta: Fiducia supplicans

Essa lógica é ilustrada de modo espetacular pela Declaração *Fiducia supplicans*, de 18 de dezembro de 2023, que autoriza a bênção não ritual de casais homossexuais, em nome do acolhimento e da misericórdia. Não foi um gesto isolado. Francisco já havia, quando cardeal, defendido a ideia de uma união civil para casais do mesmo sexo.

Trata-se aqui de dar um novo passo: a misericórdia remove os obstáculos doutrinais que poderiam opor-se à integração das pessoas numa Igreja inclusiva. Compreendida assim, a misericórdia age como princípio dissolvente, retirando pouco a pouco toda dimensão normativa da doutrina moral e dogmática. Prepara o terreno para uma unidade horizontal e terrena, centrada não na verdade revelada, mas na fraternidade universal.

Com a misericórdia, Francisco dota, pois, a Igreja de um novo motor espiritual. Identificados os povos como lugar teológico e ator coletivo da história, ela agora vem oferecer um princípio pastoral que permita juntá-los sem os obrigar a uma verdade transcendente. Essa dinâmica

---

[29] *Ibid.*
[30] Arcebispo de Tegucigalpa, capital de Honduras, de 1993 a 2023, e cardeal desde 2001.
[31] Cardeal Walter Kasper, *L'Évangile de la famille*, Les éditions du Cerf, Paris, 2014, p. 55.

naturalmente desemboca no terceiro eixo principal do seu pontificado: a fraternidade universal, horizonte último de seu projeto.

3. A fraternidade universal: horizonte e finalidade do pontificado

A fraternidade universal, se bem que trazida à luz posteriormente a outros temas, como a ecologia ou a sinodalidade, constitui de fato a finalidade lógica do pensamento e da ação do Papa Francisco. E acaba por revelar-se nada menos que a síntese de todo o seu pontificado:

- a "teologia do povo" fornece as suas raízes, pondo no centro a ideia de que os povos são todos autenticamente portadores de uma missão espiritual;
- a misericórdia é o seu motor, a energia pastoral que permite integrar todas as pessoas e superar as oposições.
- a fraternidade universal é o seu horizonte, a forma acabada em direção à qual tende o projeto como um todo.

Essa noção de fraternidade se concretiza em diversos textos, discursos e gestos, porém a sua expressão mais cabal se encontra na encíclica *Fratelli tutti*, de 3 de outubro de 2020. Sem embargo, para que melhor compreendamos a sua significação, é preciso remontar a um acontecimento fundador: a assinatura do Documento de Abu Dhabi em 2019. Esse momento lança luzes não somente sobre a encíclica, mas também sobre a visão global de Francisco.

3.1. Abu Dhabi: um ato fundador

Em 4 de fevereiro de 2019, Francisco viaja a Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, onde assina, junto com o Grande Imã de Al-Azhar, Ahmad Al-Tayyeb, um *Documento sobre a Fraternidade Humana para a Paz Mundial e a Coexistência Comum*. Trata-se de um acontecimento histórico por três razões: é a primeira vez que um Papa viaja à península arábica; a assinatura acontece diante de representantes de várias religiões, num ambiente público e diante da imprensa; o documento firmado, mais que uma simples declaração de intenções, é um texto que compromete teologicamente ambas as partes signatárias.

O documento afirma, em particular, que "o pluralismo e as diversidades de religião, de cor, de sexo, de raça e de idioma são uma sábia vontade divina, pela qual Deus criou os seres humanos"[32]. Tal formulação vai muito além da simples tolerância religiosa, apresentando a pluralidade de religiões como algo que faz parte do desígnio positivo de Deus. Esse trecho provocou acirrada controvérsia. Segundo a doutrina católica tradicional, se por um lado Deus permite o mal ou o erro, por outro não pode nunca desejá-los positivamente. Ora, afirmar que a diversidade de religiões é desejada por Deus equivale a dizer que existe uma pluralidade legítima de caminhos para Deus, o que por sua vez é uma contestação da unicidade salvífica de Cristo e da Igreja.

Na esteira da assinatura do documento, foi lançado em Abu Dhabi um projeto arquitetônico chamado de a Casa da Família Abrâmica, que reúne três lugares de culto postos lado a lado: uma igreja, uma sinagoga e uma mesquita. A intenção é que o conjunto arquitetônico, ao permitir a coexistência pacífica das religiões num espaço comum, seja o símbolo visível da fraternidade humana apregoada no documento firmado por Francisco e Ahmad Al-Tayyeb. Ele ilustra a concepção de uma unidade erigida não sobre a verdade revelada, mas sobre o reconhecimento mútuo e a cooperação: todas as religiões são postas em pé de igualdade, como diferentes caminhos para um mesmo ideal humano.

---

[32] *Documento sobre a Fraternidade Humana para a Paz Mundial e a Coexistência Comum*, 4 de fevereiro de 2019.

Para Francisco, o Documento de Abu Dhabi é uma pedra angular. Refere-se a ele de modo explícito em *Fratelli tutti*, apresentando-o como fonte de inspiração direta da encíclica e manifestando seu desejo de retomar e desenvolver as intuições expressadas junto com o Grande Imã. Isto dá ao acontecimento de 2019 um alcance doutrinal e pastoral maior e definitivo.

3.2. Sistema poliédrico e inclusividade

Em *Fratelli tutti*, Francisco descreve uma fraternidade que deve estender-se ao conjunto da sociedade e até da humanidade. O objetivo seria a construção de uma "amizade social inclusiva e uma fraternidade aberta a todos"[33], dentro de uma "cultura do encontro[34] " e de um "diálogo de culturas"[35]. Nessa visão, a Igreja seria algo como uma fonte singular da fraternidade humana, a serviço de um projeto comum a todas as culturas e religiões, projeto de paz, de justiça e de solidariedade.

Francisco sublinha de modo particular a sorte dos imigrantes, a qual considera um teste definitivo para as sociedades modernas: "Os imigrantes são uma bênção, uma riqueza, um dom que convida a sociedade a crescer"[36]. Pelo que é preciso resistir à "tentação de criar uma cultura de muros, de erguer muros, muros no coração, muros erigidos sobre a terra a fim de evitar esse encontro com outras culturas, com outras pessoas"[37]. Em lugar de muros, pontes; em lugar de fronteiras, aberturas.

A fim de ilustrar a sua visão, Francisco se vale da imagem do poliedro, já presente em *Evangelii Gaudium*. "Nem a esfera global, que aniquila, nem a parcialidade isolada, que esteriliza. (...) O modelo é o poliedro, que reflete a confluência de todos os elementos parciais, que nele conservam a sua originalidade"[38]. Essa metáfora contrapõe a esfera, que esmaga as diferenças numa uniformidade forçada, ao poliedro, que permite manter a diversidade dentro de um todo harmonioso. Como imagem, é sedutora: cada cultura, cada religião mantém a sua identidade própria, ao mesmo tempo em que participa de uma construção comum.

E contudo, como deixar de ver a precariedade de uma fraternidade dessa espécie? Com efeito, se a unidade buscada não estiver fundada sobre uma verdade transcendente que se imponha a todos, a única base que terá será uma vontade puramente política de coabitação: fraternidade assaz frágil, essa em que se sonha com a paz social fora da unidade da verdade.

E o mais importante: como não ver, numa fraternidade universal apresentada como ideal moral e social, que essa "amizade social inclusiva" exclui *na prática* a Deus, e que, estando "aberta para todos", está *concretamente* fechada para Cristo? Com efeito, este já não teria o direito de oferecer aos homens uma fraternidade transcendente que os ligue a Deus divinizando-os. Fica reduzido a ser um mero modelo de abertura e de humanidade entre tantos outros. Já não seria o único Salvador, que está no centro da História.

3.3. Os novos horizontes da Igreja

Portanto essa concepção da fraternidade repercute de modo considerável na missão da Igreja. Tradicionalmente, a Igreja se via como a arca da salvação: reunia os povos ao conduzi-los à verdade revelada e à vida sobrenatural. Na visão de Francisco, porém, a unidade já não se realiza pela conversão e pela santificação, mas pela cooperação e pelo diálogo. A Igreja torna-se uma

---

[33] *Fratelli tutti*, n° 94.
[34] *Ibid.,* n° 30.
[35] *Ibid.,* n° 136.
[36] *Ibid.,* n° 135.
[37] *Ibid.,* n° 27.
[38] *Evangelii Gaudium*, n° 235-236.

facilitadora, um ator entre outros num processo mundial de fraternização. Sua missão específica se dilui no bojo de um projeto comum pretensamente mais vasto, mais universal, em direção a novos horizontes.

Quando Francisco afirma: "Hoje em dia, ou todos nos salvamos, ou não se salva ninguém"[39], não é da salvação eterna que ele fala, mas da luta contra a pobreza, as injustiças e as mazelas sociais. A palavra "salvação" é empregada num sentido meramente terrestre, imanente, centrado nas condições de vida neste mundo. Para obter a inclusão de todas as crenças indistintamente, é preciso pagar o preço de uma verdadeira neutralização da mensagem evangélica.

Essa mudança se manifesta também em âmbito político: Francisco pede o fortalecimento das instituições internacionais, a promoção de uma governança global capaz de responder aos desafios planetários[40]. A fraternidade universal torna-se assim a base de uma nova ordem mundial, fundada nos direitos do homem e na solidariedade global, e que terá no Papa o seu profeta e cantor.

E essa fraternidade não se limita a uma ideia abstrata, mas se concretiza em domínios específicos, à cabeça dos quais vem postar-se a ecologia. Em *Laudato si'*, Francisco desenvolve o conceito de "casa comum". A Terra é apresentada como um bem universal pertencente a toda a humanidade. A proteção do meio ambiente torna-se então o terreno privilegiado onde a fraternidade pode ser exercida concretamente. Ao cuidarem do planeta, os homens cuidam uns dos outros. Destarte, a crise ecológica surge como ocasião para promover uma solidariedade mundial, que ultrapassa fronteiras e divisões. Essa convergência prepara a próxima etapa da nossa análise: a ecologia integral, apresentada por Francisco como uma dimensão essencial da fraternidade universal e da missão da Igreja no mundo.

4. A ecologia integral: concretização da fraternidade universal

A ecologia é um dos temas centrais do pontificado de Francisco. Acha-se exposta de maneira sistemática na encíclica *Laudato si'*, publicada em 18 junho de 2015, e inscreve-se numa visão ampla que Francisco quis chamar de "ecologia integral".

Esse conceito não se limita à proteção da natureza, senão que abrange as dimensões sociais, econômicas e culturais da vida humana. A ecologia integral é apresentada como resposta global à crise atual, e como um terreno concreto onde a fraternidade universal possa desenvolver-se. Nesse sentido, é a aplicação prática do projeto exposto em *Fratelli tutti*, bem como no Documento de Abu Dhabi.

4.1. Ante a constatação de um fracasso universal, uma ecologia para além da natureza

Francisco parte de uma triste constatação: o mundo moderno passa por uma crise profunda. O progresso científico e o crescimento econômico, em vez de trazerem verdadeiro bem-estar, vieram acompanhados de graves desequilíbrios. A técnica e as finanças dominam a política, e a busca do lucro imediato tem primazia sobre a justiça social e o respeito pelas criaturas[41].

Em *Laudato si'*, vemos a descrição de um mundo onde o desenvolvimento material não foi acompanhado de progresso moral. Consequências disso são a exploração desenfreada dos recursos naturais, poluição massiva, desaparecimento de espécies animais e vegetais, e sobretudo o agravamento das desigualdades entre ricos e pobres[42].

---

[39] *Fratelli tutti*, n° 137.
[40] *Ibid.,* n°172-175.
[41] Cf. *Laudato si'*, n° 18, 54, 56.
[42] *Ibid.,* n°20-22, 48.

Para Francisco, trata-se de uma crise global: atinge juntamente o planeta e as sociedades humanas. Revela a degradação simultânea do meio ambiente e da vida social, o que ele resume na expressão "tudo está ligado"[43]. A crise ecológica e a crise social são dois aspectos da mesma desordem. A ecologia integral é a sua solução.

"Ecologia" significa, em primeiro lugar, no sentido clássico do termo, o estudo das relações entre os seres vivos e o seu ambiente. Francisco retoma essa definição, acrescentando-lhe, porém, uma dimensão especificamente humana. A ecologia integral inclui o modo como o homem organiza a sua vida, suas cidades, sua economia, sua cultura e suas relações sociais[44].

Dessa forma, a questão ecológica não se restringe à proteção das florestas ou dos oceanos, mas concerne também a gestão do território, as condições de trabalho, o uso das tecnologias, bem como, em sentido mais amplo, tudo o que dá forma à vida humana coletiva. Nesse sentido, a ecologia integral constitui uma tentativa de síntese das ciências humanas e sociais. Abarca a política, a sociologia, a economia, a cultura e a ciência ecológica em sentido estrito. Francisco tenta propor uma visão global, holística, da humanidade dentro de seu meio ambiente[45].

Esse projeto faz lembrar certas filosofias modernas, como o positivismo de Augusto Comte, que via na sociologia o coroamento de todas as ciências. Assim também, para Francisco, a ecologia integral se apresenta como o ápice de uma reflexão universal acerca da condição humana e do lugar do homem no mundo.

4.2. Prioridade para os pobres e governo mundial

No coração de *Laudato si'* encontra-se uma experiência fundamental: a defesa dos pobres. Francisco insiste na estreita relação entre crise ecológica e injustiça social. As primeiras vítimas da degradação do meio ambiente são, com efeito, as populações mais vulneráveis, as que vivem em regiões demasiado exploradas, ou poluídas, ou expostas a catástrofes naturais. Chega mesmo a falar em uma "dívida ecológica" que os países ricos teriam contraído para com os países pobres[46].

Essa dívida, para além da pilhagem de recursos naturais, inclui também as consequências sociais e econômicas da globalização. Duas prioridades, portanto, se impõem: opção preferencial pelos pobres – princípio oriundo da doutrina social da Igreja, porém extrapolado para uma dimensão mundial[47] – e revisão profunda dos modelos de desenvolvimento, a fim de reduzir o consumo de energias não renováveis e de promover um estilo de vida mais sóbrio.

Francisco propõe também uma limitação significativa do uso de tais recursos[48], a fim de preservar o planeta para as futuras gerações. Ao discurso ecológico soma-se, portanto, um discurso moral e social sobre a justiça e a solidariedade.

Para que tais mudanças sejam possíveis, Francisco pensa ser preciso haver estruturas capazes de impor decisões em escala planetária. Fala de uma "maturação de instituições internacionais" dotadas de verdadeiro poder de regulação e de sanção[49].

Essa ideia vai além da simples cooperação entre estados. Supõe a existência de um governo mundial capaz de coordenar os esforços, de estabelecer normas comuns e de obrigar os atores

---

[43] *Ibid.,* n°70, 91, 117.
[44] *Ibid.,* n°137-139.
[45] *Ibid.,* n°141-142.
[46] *Ibid.,* n°48-52.
[47] *Ibid.,* n°158.
[48] *Ibid.,* n°192.
[49] *Ibid.,* n°175.

econômicos a cumprir as regras. Francisco mostra-se assim favorável a uma integração política mais forte, em que as nações deleguem parte de sua soberania a organismos internacionais.

Essa orientação vem ao encontro de sua visão da fraternidade universal, na qual aspirava, no âmbito político, à criação de estruturas globais. Na prática, a ecologia se torna o domínio onde essa fraternidade pode ser vivida e construída, a crise ecológica servindo de alavanca para promover uma unidade mundial. A defesa do planeta converte-se em pretexto e força motriz para um projeto de integração política e social em escala universal.

Por isso, a ecologia integral não se limita à proteção da natureza. Converte-se em instrumento de coesão mundial. Mobilizando as consciências em torno de uma causa comum – a preservação do planeta – permite reunir povos, culturas e religiões que, sem ela, não teriam um terreno comum de atuação. Desse ponto de vista, a ecologia é a tradução concreta da fraternidade universal, oferecendo um projeto de confederação, capaz de unir a humanidade em uma ação coletiva.

4.3. A conversão ecológica: uma nova espiritualidade

Francisco, porém, não se contenta em propor medidas técnicas ou políticas. Convoca-nos, além disso, para uma verdadeira "conversão ecológica". Tal conversão implica uma mudança interior, uma transformação das mentalidades e dos comportamentos[50]. Traduz-se numa tomada de consciência que nos revele a relação de dependência mútua entre nós e todos os demais seres vivos, na adoção de um estilo de vida sóbrio e que respeite o meio ambiente e, por fim, na participação de uma cidadania ecológica, pela qual cada indivíduo se comprometa com um esforço coletivo.

Em *Laudato si'*, Francisco apresenta o caminho ecológico, inclusive, como uma experiência espiritual intensa. Cuidar da natureza passa a ser um ato de caridade, uma misericórdia, um modo de comungar com a criação e de se unir aos demais homens[51]. Essa espiritualidade repousa em grande medida sobre uma visão naturalista do homem. Trata-se não tanto de elevar a alma a Deus como de se sentir ligado à terra e às outras criaturas. Essa abordagem culmina na imagem da "casa comum" e em certas referências simbólicas, como o uso da linguagem de São Francisco de Assis para falar em termos como "nossa irmã, a Terra", ou "nossa mãe, a Terra"[52].

Uma espiritualidade dessa espécie mostra-se profundamente perigosa: focada na natureza e na imanência, desliza para uma forma de panteísmo implícito, em que Deus é confundido com a criação. O sínodo sobre a Amazônia e o episódio da Pachamama deram mostras claras desse perigo, ao serem ocasião de cerimônias no mínimo ambíguas, quando não idolátricas.

Ao fim e ao cabo, essa "conversão ecológica" não se satisfaz com uma mudança de estilo de vida; o que ela propõe é uma nova forma de espiritualidade e, na realidade, uma nova visão de mundo. O homem já não é visto, principalmente, como criatura chamada a elevar-se ao seu Criador, mas antes como um elemento entre outros no grande todo da natureza. A comunhão com Deus é substituída por uma comunhão horizontal com a criação, vivenciada na imanência, e a missão da Igreja passa a confundir-se com a preservação do equilíbrio terrestre.

Contudo, uma vez redefinido o horizonte da Igreja, o qual vem a ser a fraternidade universal, e o seu campo de ação, que é a ecologia integral, Francisco deve ainda propor um método para implementar esse projeto no seio da própria Igreja. É aqui que entra a sinodalidade, com o intuito de transformar a estrutura da Igreja de modo a adaptá-la à sua nova missão e aos interesses ecológicos.

---

[50] *Ibid.,* n°216-220.
[51] *Ibid.,* n°233-242.
[52] *Ibid.,* n°1.

5. A sinodalidade: um novo método para a Igreja

A sinodalidade é um dos conceitos mais marcantes do pontificado de Francisco. Foi promovida gradualmente, até se tornar o coração de um vasto processo conduzido em escala mundial. Para o Papa, não se trata de um simples ajuste institucional, mas de uma mudança eclesiológica profunda: uma nova maneira de conceber e vivenciar a Igreja.

Por esse termo entende-se, num primeiro sentido, o fato de "caminhar junto" (sýn-hodós). Porém com Francisco ele se reveste de um significado muito mais amplo. O discurso do Papa por ocasião do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos bispos, em 17 de outubro de 2015, é o seu texto fundador: é ali que ele expõe sua concepção da Igreja sinodal e da repartição de poderes dentro dela.

5.1. A crítica ao clericalismo: o inimigo tem um nome

A fim de introduzir a sua reforma, Francisco nomeia o adversário a ser combatido: o clericalismo. Apresenta-o como uma doença que vai gangrenando a Igreja e impedindo a participação dos fiéis[53]. É certo que com esse termo são visados alguns abusos reais: orgulho de casta, a tentação que atinge o clero de exercer uma dominação demasiado humana, a falta de autêntica caridade pastoral.

Porém, a sua crítica tem um alcance maior. Ao denunciar o clericalismo de maneira geral, Francisco questiona o próprio exercício da autoridade sagrada, tal como foi instituída por Cristo. Dessa forma, a palavra "clericalismo" tornar-se uma arma retórica que permite justificar uma redefinição da autoridade na Igreja: a pretexto de combater esse mal, é legitimada a transferência de poder para os leigos e a reorganização da hierarquia.

Não deixa de ser irônico o fato de um Papa muitas vezes acusado de governar de maneira autoritária vir a público denunciar a tirania clerical, para instaurar uma forma de governo mais aberta.

5.2. "Todos, todos, todos": a inclusividade como princípio

Uma expressão cara a Francisco vem à tona nos primeiros anos de seu pontificado: "Todos, todos, todos!" Expressa uma impaciente exigência de inclusividade total: ninguém deve ser excluído da vida da Igreja. Nem os divorciados que tornaram a casar-se, nem as pessoas em situação irregular, nem sequer os que vivem em condições objetivamente contrárias à moral. A Igreja deve ser um lugar de acolhida sem nenhuma condição prévia[54].

Essa ênfase soma-se ao conceito de misericórdia estudado mais acima. Compreendida como abertura incondicional, a misericórdia já se tornara a regra suprema da ação pastoral; ora, a sinodalidade não é senão a tradução institucional dessa lógica: visa implantar estruturas que encarnem a inclusividade. Por isso, a palavra de ordem "Todos, todos, todos" não é um mero apelo afetivo universal, é um programa de reforma que encerra uma redefinição dos critérios de pertencimento à Igreja.

5.3. Piedade popular e "teologia do povo"

A sinodalidade apoia-se também na valorização da piedade popular, tema já visto quando se tratou da "teologia do povo". Francisco enxerga nas expressões religiosas espontâneas dos fiéis um sinal da presença do Espírito. No sistema sinodal, essa piedade popular, mais do que ser

---

[53] *Evangelii Gaudium*, n°102.
[54] *Ibid.,* n°47.

tolerada ou guiada, passa a ser fonte legítima de discernimento. Considera-se que o povo de Deus expressa uma sabedoria coletiva, independente da hierarquia[55].

Essa visão traz um inversão simbólica. É o próprio Francisco quem recorre à imagem de uma pirâmide. Na Igreja tradicional, a hierarquia está no topo, a guiar os fiéis; na Igreja sinodal, a pirâmide é invertida, o povo é posto no alto e a hierarquia se dispõe a servi-lo. Essa inversão é apresentada como uma aplicação concreta da "corresponsabilidade" e da "participação" apregoadas pelo Concílio Vaticano II.

5.4. Inversão dos poderes

A sinodalidade, porém, quer ser mais que uma metáfora. Implica uma reorganização efetiva dos poderes dentro da Igreja. Francisco a implementa assim em cada um dos três poderes: no de ensinar, no de governar e no de santificar.

- *Poder de ensino*

Tradicionalmente, o magistério pertence aos bispos em comunhão com o Papa. Para reformar isso, Francisco retoma a fórmula já antes empregada de maneira distorcida pelo Concílio Vaticano II, segundo a qual o povo de Deus é "infalível na crença".

Essa expressão originalmente queria dizer que os fiéis, ao aderirem ao ensinamento recebido, participam da infalibilidade da Igreja. Por influência do Concílio, a ideia foi extrapolada: o povo passou a ser considerado portador de uma fé viva, ainda quando não chega a expressá-la claramente com palavras. A autoridade não se situa unicamente no alto, senão que também jaz na base. Nessa perspectiva, a hierarquia já não é a única que define a doutrina, sendo-lhe preciso escutar e interpretar o que o Espírito fala também através da voz do povo.

- *Poder de governo*

O governo da Igreja também é redefinido. Francisco promove a noção de "corresponsabilidade", segundo a qual a autoridade deve ser partilhada entre a hierarquia e os fiéis. Essa corresponsabilidade recebe por vezes o qualificativo de "diferenciada", a fim de salientar certa distinção entre os ministros ordenados e os leigos. Mas na prática termina numa verdadeira repartição de funções[56].

Um indício concreto dessa evolução é a nomeação de mulheres e de leigos para postos de direção nos dicastérios da Cúria romana. Foi o que se deu no Dicastério para a Vida Consagrada, onde uma mulher foi posta na direção, algo que seria impensável na organização tradicional.

- *Poder de ordem e de santificação*

Finalmente, até o sacramento da ordem é reconsiderado. Francisco insiste na igualdade fundamental de todos os batizados, a ponto de o sacerdócio ministerial ser relativizado em relação ao sacerdócio comum dos fiéis.

A sinodalidade propõe, dessa forma, repartir certas funções sagradas entre clérigos e leigos: certos gestos ou decisões outrora reservados ao clero podem agora ser assumidos por fiéis devidamente autorizados. É um processo que tende a nivelar a distinção entra ambos, a favor de uma estrutura horizontal onde todos participem da santificação das almas.

---

[55] *Ibid.,* n°122-126.
[56] *Ibid.,* n°32.

5.5. Uma Igreja achatada e horizontal

Combinando essas três evoluções, a sinodalidade opera uma transformação radical. A Igreja tradicional estruturava-se de maneira hierárquica. Cristo confiava a sua autoridade aos Apóstolos e aos sucessores destes que, por sua vez, guiavam o rebanho dos fiéis. Já na Igreja sinodal, essa estrutura é invertida e achatada. A autoridade já não vem do alto, mas da base. O papa e os bispos passam a ter a função de coordenadores ou moderadores de um processo coletivo.

Essa transformação quadra perfeitamente com a visão da fraternidade universal, em que há uma sociedade sem exclusão, onde todos participem igualmente da vida comum, e uma governança horizontal de solidariedade global, sem hierarquia nem verticalidade. A sinodalidade revela-se assim a tradução eclesial dos princípios desenvolvidos anteriormente. Apresenta-se como um método bem adaptado para implementar de maneira eficaz, no seio da Igreja, o projeto do Papa.

Conclusão: uma herança sólida e um dilema para o futuro

Com a morte de Francisco, a percepção de sua herança tem mostrado um notável contraste. De um lado, o entusiasmo das correntes progressistas, que reconhecem nele um reformador decisivo; de outro, a preocupação, e por vezes a oposição aberta, dos que notaram em suas iniciativas uma ruptura para com a Tradição.

Apesar desse quadro de divisão, é possível, por paradoxal que pareça, concluir dizendo que o Papa Francisco foi alguém apaixonado pela unidade. Toda a sua ação estava orientada para esse fim: reunir os homens, aproximar os povos, integrar as periferias.

Pontificado de uma coerência impressionante

Essa paixão pela unidade manifestou-se na prática em dois planos complementares: no da Igreja, com a sinodalidade, instrumento de reunião e de transformação, e no do mundo, com a ecologia integral, terreno concreto para unir a humanidade.

Porém a unidade buscada por ele não foi a que constitui a nota tradicional da Igreja e que se funda especialmente na verdade revelada e no pertencimento ao Corpo místico de Cristo. Na visão de Francisco, a unidade se realiza antes de tudo na história, num plano horizontal, graças à cooperação e ao diálogo. Nela vemos a Igreja reorganizar-se a fim de participar de um vasto projeto de fraternidade mundial. A unidade deixa de ser uma realidade vivida por meio da adesão a uma verdade comum, para ser o termo de um caminho a ser percorrido em conjunto, na diversidade de crenças e de práticas.

Portanto, a verdade revelada já não é o fundamento dessa unidade, senão que está ali como simples elemento, posto a serviço de um projeto universal mais amplo. Francisco não tem a intenção de convencer pela pregação de uma verdade universal. Seu propósito é reunir pela ação, por projetos comuns e por gestos simbólicos, como o acolhimento de imigrantes, a defesa do meio ambiente, a luta contra a pobreza e a exclusão, a reforma interna da Igreja.

Ao fim desta tentativa de balanço teológico, os cinco grandes pilares do pontificado de Francisco mostram uma coerência interna notável:

1. a “teologia do povo”, raiz conceitual;
2. a misericórdia, motor pastoral e doutrinal;
3. a fraternidade universal, horizonte último;
4. a ecologia integral, terreno de ação concreto;
5. A sinodalidade, método de transformação interna.

Essa coerência torna o sistema extremamente poderoso e muito difícil de ser contestado.

O futuro: ruptura ou continuidade?

Francisco não concebeu *ex nihilo* esse projeto. O que fez foi continuar e ampliar orientações já presentes nos textos do Concílio Vaticano II. As intuições de *Lumen gentium* ou de *Gaudium et spes* encontram durante o seu pontificado uma realização clara e inteiramente assumida. Pode-se dizer que Francisco soube desenvolver as potencialidades do Concílio, fazendo com que chegassem ao seu termo lógico. Neste sentido, a sua herança se inscreve numa continuidade que vai muito além da sua mera pessoa. Se quisermos retornar a uma concepção tradicional da Igreja, não basta corrigir este ou aquele aspecto, senão que é preciso repensar o sistema como um todo, até os seus fundamentos.

A força do projeto de Francisco repousa precisamente na sua coerência e nas suas raízes conciliares. Conseguir, pois, tirar a Igreja do atoleiro em que se meteu não será tarefa fácil. Parece-nos que, com uma herança tal, o papa Leão XIV se encontra diante de uma escolha decisiva:

- dar prosseguimento à dinâmica iniciada pelo Concílio e desenvolvida por Francisco, ou seja, continuar a reformar a Igreja, por meio da sinodalidade, e a promover a fraternidade universal, no intuito de confederar a humanidade na paz e na justiça, a serviço da "casa comum";
- ou então retomar a missão da Igreja, arca da salvação, transmitindo aos homens a verdade revelada a fim de os conduzir à Santíssima Trindade por meio de Jesus Cristo, o que implica romper com a herança de Francisco e com as orientações fundamentais do próprio Concílio.

O pontificado de Francisco teve pelo menos o mérito de tornar esse dilema claro e inevitável. O futuro dirá se o legado que deixou será consolidado e aprofundado pelo sucessor, ou então reconsiderado e corrigido, junto com seus princípios deletérios. Seja como for, não poderá ser ignorado.

Menzingen, 4 de outubro de 2025

Festa de São Francisco